

GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA - PODER JUDICIÁRIO
 TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA
 RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
 JANEIRO A DEZEMBRO/2008
 ANEXO V

LRF, art. 55, Inciso III, alínea "a" - Anexo V

R\$ Milhares

ATIVO	VALOR	PASSIVO	VALOR
DISPONIBILIDADE FINANCEIRA	69.618	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS	3.482
Caixa	-	Depósitos	2.995
Bancos	1.025	Restos a Pagar Processados	487
Conta Movimento	1.019	Do Exercício	487
Contas Vinculadas	6	De Exercícios Anteriores	-
Aplicações Financeiras	67.731	Outras Obrigações Financeiras	-
Outras Disponibilidades Financeiras	862	Serviços da Dívida a Pagar	-
Rede Bancária - Arrecadação	862		
(-) Recursos da Administração Indireta	-		
SUBTOTAL	69.618	SUBTOTAL	3.482
INSUFICIÊNCIA ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (I)	-	SUFICIÊNCIA ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (II)	66.136
TOTAL	69.618	TOTAL	69.618
INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (III)			15.367
SUFICIÊNCIA APÓS A INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (IV) = (II - III)			50.769

REGIME PREVIDENCIÁRIO

ATIVO	VALOR	PASSIVO	VALOR
DISPONIBILIDADE FINANCEIRA	-	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS	-
Caixa	-	Depósitos	-
Bancos	-	Restos a Pagar Processados	-
Conta Movimento	-	Do Exercício	-
Contas Vinculadas	-	De Exercícios Anteriores	-
Aplicações Financeiras	-	Outras Obrigações Financeiras	-
Outras Disponibilidades Financeiras	-	Serviços da Dívida a Pagar	-
Rede Bancária - Arrecadação	-		
(-) Recursos da Administração Indireta	-		
INSUFICIÊNCIA ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (V)	-	SUFICIÊNCIA ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (VI)	-
TOTAL	-	TOTAL	-
INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO REGIME PREVIDENCIÁRIO (VII)			-
SUFICIÊNCIA APÓS A INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (VIII) = (VI - VII)			-

PEDRO VIEIRA
 DIRETOR-SUPERINTENDENTE

GABRIELA MATOS DA CONCEIÇÃO
 GERENTE FINANCEIRO E DE ARRECADAÇÃO
 EM EXERCÍCIO

MAURÍCIO DE OLIVEIRA E SILVA
 CONTROLADOR-CHEFE
 EM EXERCÍCIO

**APROVA O RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DO 3º QUADRIMESTRE DE 2008**

Art. 1º - Fica aprovado o Relatório de Gestão Fiscal relativo ao terceiro quadrimestre de 2008, publicado juntamente com este Decreto.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

SECRETARIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, em de Janeiro de 2009.

DESª. SILVIA CARNEIRO SANTOS ZARIF
Presidente

GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA - PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO/2008
ANEXO I

LRF, art. 55, inciso I, alínea "a" - Anexo I

R\$ Milhares

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS JANEIRO A DEZEMBRO/2008	
	LIQUIDADAS (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	958.587	254
Pessoal Ativo	958.587	254
Pessoal Inativo e Pensionistas	-	
Outras Despesas de Pessoal Decorrentes de Contratos de Terceirização (Art.18, § 1º da LRF)	-	
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (art. 19, § 1º da LRF) (II)	150.899	
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	24	
Decorrentes de Decisão Judicial	145.342	
Despesas de Exercícios Anteriores	5.533	
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	-	
DESPESA LIQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	807.688	254
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (IV) = (III a + III b)	807.942	
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL		
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (V)		14.237.786
% DA DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP SOBRE A RCL (VI) = (IV/V)*100	5,67	0,00
LIMITE MÁXIMO (INCISOS I, II e III, ART. 20 DA LRF) - <6%>		854.267
LIMITE PRUDENCIAL (§ ÚNICO, ART. 22 DA LRF) - <5,7%>		811.554

FONTE: SICOF/SEFAZ/SAF/DICOP/IPRAJ

NOTA 1: O VALOR DO IMPOSTO DE RENDA RETIDO NA FONTE ESTÁ SENDO COMPUTADO COMO DESPESA COM PESSOAL NO PERÍODO.

NOTA 2: DURANTE O EXERCÍCIO, SOMENTE AS DESPESAS LIQUIDADAS SÃO CONSIDERADAS EXECUTADAS. NO ENCERRAMENTO DO EXERCÍCIO,

AS DESPESAS NÃO LIQUIDADAS INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS SÃO TAMBÉM CONSIDERADAS EXECUTADAS.

DESSA FORMA, PARA MAIOR TRANSPARÊNCIA, AS DESPESAS EXECUTADAS ESTÃO SEGREGADAS EM:

a) DESPESAS LIQUIDADAS, CONSIDERADAS AQUELAS EM QUE HOUEVE A ENTREGA DO MATERIAL OU SERVIÇO, NOS TERMOS DO ART.63 DA LEI 4320/64;

b) DESPESAS EMPENHADAS MAS NÃO LIQUIDADAS, INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS, CONSIDERADAS LIQUIDADAS NO ENCERRAMENTO DO EXERCÍCIO, POR FORÇA DO ART.35, INCISO II DA LEI 4320/64.

NOTA 3: ESTÃO SENDO CONSIDERADOS COMO DESPESAS NÃO COMPUTADAS OS VALORES DE R\$11.619.694,01 E R\$ 5.507.868,03 A TÍTULO DE DESPESAS DECORRENTES DE DECISÃO JUDICIAL E DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES, RESPECTIVAMENTE, EMPENHADAS NO ELEMENTO INCORRETO.

PEDRO VIEIRA
DIRETOR-SUPERINTENDENTE

GABRIELA MATOS DA CONCEIÇÃO
GERENTE FINANCEIRO E DE ARRECADAÇÃO

MAURÍCIO DE OLIVEIRA E SILVA
CONTROLADOR-CHEFE

GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA - PODER JUDICIÁRIO
 TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA
 RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
 JANEIRO A DEZEMBRO DE 2008

LRF, art. 55, inciso III, alínea "b" - Anexo VI

R\$ Milhares

ÓRGÃO	RESTOS A PAGAR INSCRITOS				EMPENHOS CANCELADOS E NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA
	Liquidados e Não Pagos (Processados)		Empenhados e Não Liquidados (Não Processados)		
	De Exercícios Anteriores	Do Exercício	De Exercícios Anteriores	Do Exercício	
ADMINISTRAÇÃO DIRETA	-	11	-	5	-
SECRETARIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA	-	11	-	5	-
CORREGEDORIA	-	-	-	-	-
ADMINISTRAÇÃO INDIRETA	-	476	-	15.362	-
IPRAJ	-	476	-	2.162	-
FAJ	-	-	-	13.200	-
TOTAL	0	487	-	15.367	-

SUFICIÊNCIA ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (Apurado no Anexo V - Demonstrativo de Disponibilidade de Caixa)	66.136
---	---------------

FONTE DE RECURSOS	RESTOS A PAGAR INSCRITOS				EMPENHOS CANCELADOS E NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA
	Liquidados e Não Pagos (Processados)		Empenhados e Não Liquidados (Não Processados)		
	De Exercícios Anteriores	Do Exercício	De Exercícios Anteriores	Do Exercício	
Restos a Pagar por fontes de Recursos					
00 Recursos ordinários não vinculados do tesouro	-	1	-	26	-
20 Receita taxas vinculadas ao Poder Judiciário	-	25	-	14.766	-
40 Receita diretamente arrecadada por entidade da Administração Indireta	-	461	-	393	-
61 Contribuição e/ou auxílios org	-	-	-	182	-
TOTAL	-	487	-	15.367	-

Fonte: SICOF/SEFAZ/SAF/DICOP/IPRAJ

PEDRO VIEIRA
DIRETOR-SUPERINTENDENTE

GABRIELA MATOS DA CONCEIÇÃO
GERENTE FINANCEIRO E DE ARRECAÇÃO
EM EXERCÍCIO

MAURÍCIO DE OLIVEIRA E SILVA
CONTROLADOR-CHEFE
EM EXERCÍCIO

*PUBLICAÇÃO CORRETIVA ANEXO VI DO DECRETO JUDICIÁRIO Nº 26 DE 29/01/2009.